

Pauta: A atual situação dos profissionais da Estratégia Saúde da Família em Porto Alegre

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): (10h05min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM. Bom dia, vamos iniciar a nossa reunião, estamos ao vivo pela TVCâmara. Hoje a pauta, sugerida pelo Ver. Oliboni, é sobre a atual situação dos profissionais da Estratégia Saúde da Família – ESF em Porto Alegre. Convido para compor a Mesa: Sra. Eveline Rodrigues, representando a Secretaria Municipal da Saúde; Dra. Daniela Copetti Cravo, representando a PGM; Sr. João Ezequiel representando o Simpa; Sr. Marco Brignol, representando a Associação das Servidoras e dos Servidores do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas – Asserpv; Sra. Claudia Cannata, representando a Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Porto Alegre; Sr. Cesar Sulzbach, secretário adjunto da Saúde, obrigado pela presença. Contamos aqui com a presença dos vereadores da COSMAM, Lourdes Sprenger, Oliboni, proponente da pauta de hoje, Cláudia Araújo e Psicóloga Tanise Sabino. De imediato, passo para o proponente fazer uma fala inicial, Ver. Oliboni.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Bom dia, nobre presidente, Ver. José Freitas, colegas vereadoras da COSMAM – A Ver.^a Mônica Leal deve estar chegando. Saudando aqui os nobres componentes da Mesa, tanto do governo, como das entidades, saúdo aqui todos Agentes Comunitários de Saúde, Agentes de Combate às Endemias, demais profissões, técnicos de enfermagem, todos telespectadores que estão acompanhando hoje pela TVCâmara, essa importante ação, trazida pela Câmara de Vereadores, à medida que cada mês uma das comissões é contemplada a passar ao vivo as sessões, que ora acontecem aqui nas comissões da Câmara Municipal. O tema de hoje, para nós, é muito caro, muito importante; viemos já de um bom tempo com a Atenção Básica, de uma certa forma muito prejudicada, nobre secretário adjunto, Cesar, à medida em que mudou a composição das equipes da Estratégia Saúde da Família, dentre eles Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate

às Endemias, creio eu, foram os mais prejudicados. Hoje, em função de não termos tido retorno de vários pedidos de providências ao governo, achamos muito importante pautar esse assunto na Comissão de Saúde e Meio Ambiente para que o governo tenha um prazo para poder dar solução a questões, nobre companheiro, amigo Ezequiel, que tem pautado muito bem esse assunto no Simpa também, como também no sindicato e associações dos agentes comunitários de saúde. Começaria dizendo seguinte: a GIQ, que é a Gratificação de Incentivo de Qualidade de Atenção e Gestão da Saúde, é variável e paga por produtividade, conforme atingimento de metas quadrimestral; ela é garantida aos trabalhadores pela Lei nº 6309/1988 e a Lei nº 1.144/2011, até então não está sendo paga, quando será paga – essa é a primeira pergunta, posso passar depois todas perguntas que eu estou fazendo para que os senhores possam responder para nós e para os trabalhadores. A segunda questão: a parcela autônoma, garantida pela Lei nº 7.579/1995 também não está sendo paga; o Incentivo Financeiro Adicional – IFA, todos nós sabemos que muito pleiteado pelos trabalhadores, foi pago, se eu não me engano, até 2017, depois não foi mais pago, muito garantido e comentado como o 14º, mas é um recurso que vem do governo federal ao governo estadual, que repassa aos municípios. Pela informação que temos governo do estado está repassando; por que o Município não está repassando aos trabalhadores do Município de Porto Alegre? Olha o absurdo: carteira do INSS! A Prefeitura municipal desconta, dos trabalhadores, o INSS e não repassa ao INSS. O trabalhador que entra em licença de saúde fica tremendamente prejudicado porque, quando ficamos afastados, depois dos 15 dias, só recebemos se aquele valor foi repassado ao INSS – essa é única garantia que nós temos para poder continuar tendo aquele salário que hora estamos tendo na ativo. Por que a Prefeitura desconta o INSS e não repassa ao INSS? Ezequiel, se eu faço um concurso público para Agente Comunitário de Saúde, estou feliz porque passei no concurso, 30 dias depois, quando acontece, o Agente Comunitário de Saúde e os Agente de Combate às Endemias é chamado para começar a trabalhar, recebe a carteira como auxiliar administrativo. Onde é que está a coerência aqui? Eu ou o Ezequiel fizemos um

concurso para Agente Comunitário de Saúde e recebemos a carteira assinada como auxiliar administrativo; por que está acontecendo isso, quando é que vocês vão regularizar a situação? Há uma série de concursos em vigor; os trabalhadores estão aguardando para serem chamados, além Agentes Comunitários de Saúde, Agentes de Combate às Endemias, técnico de enfermagem. Quando serão chamados, para onde, qual a previsão disso? Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias concursados no último período, após a Lei Complementar nº 875, de 2020, são considerados estatutários. Eles são considerados estatutários. Isso está determinado em seu art. 2º; porém, a Secretaria Municipal de Saúde tem dito que esses profissionais possuem regime trabalhista híbrido. Mostrem para nós trabalhadores ou para a comissão onde está regulamentado no Ministério do Trabalho esse sistema híbrido. Ele não existe; portanto, são estatutários. Eles têm os mesmos direitos que todos os servidores públicos concursados. Então, faço essas inúmeras indagações, abrindo aqui o debate e, posteriormente, ouvindo os demais colegas vereadores, vereadoras, entidades aqui representadas, como também o governo para nós fazermos o encaminhamento adequado. Nós queremos, César, solução para esse problema. Parece-me que está aqui um caso de gestão – não é político ou parte dele político –, mas é uma incongruência, pois os trabalhadores estão sendo prejudicados na carreira que se estabeleceu. É por isso que saúdo aqui todos os que vieram em um número significativo num dia considerado normal de trabalho. É isso, presidente. Esses são os assuntos iniciais.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Ver. Oliboni. Passo à Ver.^a Tanise.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Bom dia. Gostaria de saudar o presidente desta comissão, o Ver. José Freitas; os demais colegas presentes; Ver. Oliboni, proponente desta reunião; os demais convidados que compõem a Mesa; e o público que nos assiste. É muito importante, Ver. Oliboni,

esse olhar para os profissionais, para as equipes de saúde da família, pois são eles que fazem o primeiro contato, o primeiro atendimento com o cidadão, com o usuário, servindo de referência naquela comunidade e naquele bairro. Além disso, é a partir da avaliação desses profissionais que são feitos outros encaminhamentos. Eu lembro que, no início de março, no dia 14, nós fizemos uma agenda, nesta comissão, proposta por mim, e nós fizemos um verdadeiro raios X da saúde mental de Porto Alegre. Naquela reunião, nós convidamos todos os profissionais da saúde mental, os CAPS, as equipes de saúde mental, a coordenação de saúde mental, enfim, para a gente avaliar como estava a rede de saúde mental. Naquela oportunidade, a diretora de atenção primária compartilhou que, atualmente, em Porto Alegre, 86% dos porto-alegrenses têm uma equipe de saúde da família para chamar de sua, e de sua referência. Naquela ocasião, em 14 de março, ainda foi afirmado que a ideia não era aumentar o número de equipes de saúde da família, mas as qualificar. Isso foi dito lá no início de março. E, quando a gente diz em qualificar, certamente passa por muito do que o colega Oliboni tem trazido aqui em termos de estrutura, em termos de apoio, de treinamento, de salário, enfim, entre outras questões. Também cito uma recente matéria publicada no final de outubro que diz que o Conselho Municipal de Saúde reprovou o relatório anual da gestão da Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre, salientando a preocupação com o descumprimento de ações estruturais como cadastramento por território de toda a população para abertura de novas equipes da saúde da família. Então, o conselho destaca a preocupação com o descumprimento da deliberação da conferência de saúde da resolução da atenção básica para garantia de 100% de cobertura. Eu entendo que o ideal seria até os 100% dessa cobertura, mas também não podemos deixar de lado a necessidade de qualificar esses profissionais para que não se forme um gargalo na etapa seguinte, que é o encaminhamento para os especialistas. Lembro que o nosso objetivo não deve ser somente incluir pessoas no sistema, mas primordialmente promover a saúde; por isso destaco a importância dessa pauta, de ouvir os nossos profissionais que estão aqui também, as suas percepções e quem sabe também fazer um raio X

de como estão as equipes de saúde da família. Coloco-me também à disposição como vereadora, como psicóloga, como uma referência na área da saúde mental para pensar ações que possam qualificar as equipes. Por enquanto é isso. Muito obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Ver.^a Tanise. Ver.^a Cláudia Araújo.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia a todas e todos, bom dia à Mesa, aos vereadores, ao Presidente Freitas, é um tema que é muito caro para mim, foi uma luta muito grande para que nós não acabássemos com o IMESF lá atrás, no governo Marchezan. Infelizmente, nós tivemos o desmonte dos agentes. Aprovamos na Câmara o alinhamento de trezentos e poucos agentes comunitários e mais 81 de endemias, o que a gente sabe que é pouquíssimo perto da demanda que temos nas comunidades. A gente sabe que tem um regramento que cada agente deveria atender 750 usuários por região e isso não acontece, não está nem perto de acontecer. Então, a gente tem um grande desmonte que não tem a ver com o governo Melo, tem a ver com governos e governos anteriores que vieram desconstruindo esse atendimento, mas eu acho que é muito importante. A gente teve alguns agentes reintegrados, outros em fase de reintegração, o que eu acho importante. Eu acho que quem prestou concurso e quem pagou pela sua prova e tudo tem que ser reintegrado e tem que estar na saúde. Acho que isso é importante e acho que quem mais ganha com isso são os usuários, porque, como disse a Ver.^a Tanise, o vínculo com as pessoas, com as comunidades quem tem é o agente comunitário, e vocês são extremamente importantes para a nossa gestão, extremamente importantes para a saúde das nossas pessoas. Eu acho que é importante. A gente sabe que tem muitos problemas, como disse o Ver. Oliboni, com relação à carteira e tudo mais. Tenho certeza que o nosso adjunto César vai trazer algum retorno com relação a isso, como a coisa está andando; e eu acho que é importante ouvir a saúde. Acho que o primeiro passo antes de a gente definir alguma coisa é ouvir a

Secretaria Municipal de Saúde, que é a porta inicial para tudo isso e depois a gente faz os nossos levantamentos, os nossos encaminhamentos. Eu sou uma defensora dos agentes comunitários, tanto de saúde, quanto de endemias. Muito obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Ver.^a Cláudia. Passo a palavra à Ver.^a Lourdes nesse primeiro momento. Nós vamos abrir dez inscrições, podem se inscrever. Nós estamos esperando a SMAP, que está chegando. (Pausa.) Muito bem, acho que nós vamos ouvir primeiro as associações; depois, ao final, a Secretaria da Saúde responde. Ezequiel, representando o Simpa, por gentileza.

SR. JOÃO EZEQUIEL: Bom dia a todas e a todos aqui presentes. Eu quero primeiro já agradecer ao proponente, o Ver. Oliboni, por trazer, por pautar a questão da Estratégia Saúde da Família, a questão da Atenção Básica nesta comissão; agradecer ao presidente, o Ver. Freitas, por encaminhar, por nós termos esta audiência, esta reunião; Ver.^a Cláudia, Ver.^a Lourdes, Ver.^a Psicóloga Tanise, demais vereadores e vereadoras, secretário adjunto Cesar, Livia e demais representantes aqui da secretaria. Bom, primeiro é importante dizer que eu falo aqui em nome do Simpa – Sindicato dos Municipários de Porto Alegre, ao qual a grande maioria dos servidores agentes comunitários e também agentes de endemias são filiados. Para nós, é uma grande honra que essa categoria tenha se filiado de forma massiva no Simpa, e a gente vem aí fazendo muitas lutas em nome desses servidores e servidoras.

Ver. Oliboni, o que o senhor traz nessa sua lista de situações referentes a esses colegas, para nós, na verdade, é o eixo de vários debates que a gente tem levado até a Secretaria Municipal da Saúde e também à Secretaria de Administração e Patrimônio. A gente tem trazido para essas instâncias dentro da Prefeitura essa demanda já há algum tempo. É importante nós dizermos aqui, gente, que esses servidores e servidoras, hoje, são da administração direta do Município de Porto Alegre, e nós não podemos ter um tratamento a essas trabalhadoras e

trabalhadores como se fossem de segunda categoria. Nós precisamos dizer aqui, de forma muito efetiva, que esses colegas têm que ser tratados pela Prefeitura municipal de Porto Alegre; portanto, pela gestão municipal, seja a centralizada, seja a Secretaria Municipal da Saúde. Eles têm que ser tratados como servidores e servidoras, e os seus direitos, que são básicos, Ver. Oliboni, são básicos, estão sendo negados – desculpa, secretário, dizer isso, mas estão sendo negados.

Eu quero aqui trazer a situação, de forma mais enfática, da carteira de trabalho desses trabalhadores, que são CLTs, na sua maioria – também tem os estatutários. Os trabalhadores CLTs, agentes comunitários e de endemias, eles têm, Ver.^a Cláudia, nos seus registros, inclusive, como Presidente da República. É uma coisa absurda, mas é real, eles têm registros lá como se fossem deputados, assistentes administrativos. Não, é uma coisa que nos causa um espanto terrível. A gente já levou isso para a secretaria, o que nos dizem é que tem um problema lá no eSocial, que é um problema a nível federal, só que isso vem causando problemas aos colegas.

Outra questão é sobre o INSS. Os colegas contribuem para a previdência; eles são descontados, nos seus contracheques, mês a mês; no entanto, quando eles fazem a consulta ao INSS, consta lá que o último repasse para as suas contribuições ao INSS foi feito em setembro de 2022, há mais de um ano. Bom, o que isso implica? Nós temos colegas que tiveram que ter afastamento por saúde e tiveram o seu benefício junto ao INSS reduzido, receberam salários inferiores aos que deveriam receber.

Fora isso, nós queremos dizer aqui, concretamente, nós não entendemos por que a Prefeitura municipal de Porto Alegre não repassa o IFA a esses trabalhadores e trabalhadoras, uma vez que é uma verba que vem a nível federal, com rubrica específica para repasse a esses agentes. Nós não entendemos isso, porque o custeio é federal, não tem custo para a Prefeitura municipal de Porto Alegre. Aliás, é importante dizer que cerca de 80% do salário desses trabalhadores e trabalhadoras vêm da União, vêm da União; a Prefeitura municipal de Porto Alegre, a gestão municipal tem um custo com esses

trabalhadores e trabalhadoras de cerca de 20%, 20% do seu salário. Então a gente não entende por que eles não estão incluídos na Gratificação de Incentivo à Qualidade ao SUS, uma vez que a GIC é concedida a todos os servidores e servidoras que trabalham na Atenção Básica de Porto Alegre.

Nós queremos dizer aqui que os cargos de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias são cargos de extrema relevância para o atendimento à população em toda a cidade. Esses profissionais são o verdadeiro elo entre a Secretaria Municipal da Saúde e a população; porque, Ver. Oliboni, são eles que fazem as visitas, diariamente, nas casas das pessoas; são eles que identificam as situações de toda uma família. Em cada casa que eles vão, eles identificam a situação lá do pai de família, da mãe de família, do avô, da avó, das crianças. Então eles são exatamente o eixo de toda a Estratégia Saúde da Família. Eu tenho aqui diversos documentos que eu quero entregar para esta comissão que dão conta, desde agosto de 2023, de que a gente solicitou encaminhamentos em relação ao IFA, ao INSS, a GIQ, além de diversas outras questões das quais nós ainda não tivemos nenhuma efetividade. Então, a gente deixa aqui, em nome dessas servidoras e servidores, a solicitação de que a gente possa, Presidente Freitas, encaminhar de forma efetiva essas questões que são de extrema importância para essas trabalhadoras e trabalhadores. A gente sabe que a gestão municipal pode dar encaminhamento desde que haja uma vontade política para tanto. Muito obrigado. Agradeço a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Ezequiel. Passo para a Sra. Claudia, da Associação dos Agentes Comunitários de Saúde. Por gentileza, Dona Claudia.

SRA. CLAUDIA CANNATA: Bom dia a todos da Mesa, bom dia aos colegas. Vou ouvir todos aqui. Sou a atual presidente da Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Porto Alegre e também sou coordenadora do Cores Saúde junto ao Simpa. O João Ezequiel colocou muito bem todas as nossas necessidades, as nossas angústias, mas eu quero reforçar uma coisa, que a

atenção básica começou a ficar doente quando a gente passou a responsabilidade da saúde de Porto Alegre para as mãos das terceirizadas, parceirizadas, seja lá o nome que forem usar, vai dar tudo na mesma situação. (Palmas.) Então, ela começou a ficar doente nesse momento em que a gente traz para dentro da atenção básica, para a saúde da família, pessoas sem o perfil de trabalhar na comunidade. São pessoas competentes na atenção hospitalar, no pronto-socorro, mas, na atenção primária, em que tem que prevalecer o vínculo com a comunidade, em que tem que prevalecer o cuidado da família, não o da pessoa, o do indivíduo, mas o da família toda, foi aí que a atenção básica começou a ficar doente. Então, botando um ponto nisso, eu só queria manifestar esse pensamento.

Coloco que o Ver. Oliboni já expressou bem as nossas necessidades; o João também colocou; e quero dizer que nós, agentes comunitários de saúde, sabemos sim os nossos direitos. A gente sabe; a lei está lá. Existe o papel, o que não existe hoje é o cumprimento dessas leis. O que acontece hoje é que tudo o que está no papel, que é deliberado por um controle social hoje em Porto Alegre, não está sendo respeitado, e é essa a situação. Se nós tivéssemos um pouco de respeito pela parte da gestão, pelos trabalhadores que estão lá na ponta, pelos trabalhadores que fazem os indicadores de Porto Alegre, que estão cuidando das pessoas – o João colocou aqui, mas os indicadores de vacina de Porto Alegre... –, cuidando das mulheres, cuidando dos idosos, cuidando das crianças, cuidando da violência domésticas que a gente todo dia acaba descobrindo dentro da casa das pessoas...

Então, nós não estamos sendo respeitados em nossos direitos. Nós sabemos os nossos direitos. Como foi colocado aqui, a nossa carteira está totalmente equivocada. O nosso INSS, até que nos prove o contrário, que aí que nós estamos pedindo, já vem de tempo, pedindo a comprovação... Nós sabemos, eles mandam olhar o contracheque, nós sabemos que nós estamos sendo descontados. Está aqui. Eu tenho um contracheque aqui na mão para mostrar. Eu sei que eu estou sendo descontada. Eu quero saber se está sendo recolhido junto ao INSS, porque temos colegas com problemas. Nós temos colegas que

tiveram sérios problemas devido à falta de registro. Nós precisamos de um comprovante. Nós pedimos à loja do servidor, nós já pedimos por meio de documentação, e não temos resposta disso. O que dizem para nós: quando entrarem pelo INSS, vocês vão saber. Não é assim. Nós temos o direito de saber se o que está sendo descontado de nós está sendo repassado sim. Isso nós precisamos saber, e a gente não vai parar de lutar por isso.

Concluindo, o IFA, que é um direito nosso, foi conquistado e nos foi tirado em 2017 com a gestão que entrou, e continuou com essa gestão que poderia reverter o que estava sendo feito de errado e não fez; e também da GIQ que o João colocou aqui. A minha pergunta é: quanto a isso, até quando a gente vai ter que lutar, gritar, se estressar em frente à Prefeitura, em frente às secretarias para que nossos direitos venham a ser respeitados? A gente os conhece, mas eles precisam ser cumpridos. Era isso. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Claudia. Agora é o Marco, da Asserpv – Associação das Servidoras e dos Servidores do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas.

SR. MARCO BRIGNOL: Bom dia a todos, em especial o presidente dessa Comissão, Ver. José Freitas, ao proponente desta pauta tão sensível e tão importante para a saúde; Ver. Aldacir Oliboni; Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, tem acompanhado a saúde também de perto; Ver.^a Cláudia Araújo; Ver.^a Lourdes, aos representantes da Secretaria, secretário adjunto, Cezar Sulzbach, demais representantes da saúde, e a PGM. Quero saudar aqui aos colegas que estão presentes, da Estratégia de Saúde da Família, e dizer que lá no ano de 2.000 eu fiz parte do Programa de Saúde da Família; ainda projeto de saúde da família. De lá para cá, a gente acompanhou diversas situações que foram culminando até chegar ao IMESF. Nós, várias entidades, inclusive eu, como trabalhador da Estratégia de Saúde da Família e como representante de entidades da época, apontei que haveria problemas no IMESF logo em seguida e realmente aconteceu. Mas dizer que esses profissionais que estão lá na ponta

e que fazem realmente a saúde, como o Ezequiel trouxe muito bem aqui e a Claudia Cannata, e eu pude vivenciar isso na construção da Atenção Básica. Então é tão importante o vínculo desses profissionais que hoje estão nessa situação, sejam eles transpostos, sejam eles nomeados ou como funcionário público ou como servidor estável estatutário, e seja ele qual o vínculo, esses profissionais estão lá fazendo o que tem de mais importante na Atenção Básica. À época nós trazíamos alguns exemplos, como em Betim, onde já tinham todos os trabalhadores da saúde da família com vínculo, ou estatutário ou direto com a administração pública, e teve vários outros municípios no Brasil que optaram por essa situação. Hoje, Betim, é um exemplo de saúde, em Minas Gerais, quando absorveu toda a Estratégia de Saúde da Família.

Eu quero trazer aqui que a gente tem dois PSPs que são concursos para Agente Comunitário de Saúde e Agente Comunitário de Endemias que é 04, 05 e 06. Eles precisam ser nomeados, porque houve ali um corte, uma situação desagradável no governo anterior, onde foram diminuídos esses agentes comunitários, e eu conheço bem porque trabalhei na área da saúde da família. E hoje nós temos em cada microárea – por incrível que pareça – em uma Unidade de Saúde um agente comunitário ou dois fazendo o serviço que teria que ser de quatro até seis, porque a equipe simples de Estratégia de Saúde da Família ela é composta por um médico de saúde da família, um enfermeiro com a especialidade em saúde pública, enfim ou afim, dois técnicos de enfermagem e quatro agentes comunitários. Então hoje a gente tem uma realidade bem diferente disso. Quero aqui trazer essa questão porque tem agente comunitário de saúde e agentes de endemias ainda para serem nomeados. Também quero entrar na questão dos concursados, porque hoje a realidade da saúde é muito grave em Porto Alegre, tanto na Atenção Básica que hoje nós temos 99 ou 96% dos postos de saúde de Porto Alegre parceirizados ou terceirizados; restaram muito poucas unidades, só os centros de saúde. E a gente tem um déficit enorme de servidores nessa área também. Então para além da nomeação desses agentes comunitários e agentes de endemias, e com certeza, eu acredito que a partir desse momento e com os encaminhamentos provavelmente vão ser

sanadas essas questões administrativas do vínculo, porque o IFA, na verdade, iniciou lá com o 14º que era direito do agente comunitário de saúde, que passou a ser o incentivo financeiro adicional que é financiado pelo governo nacional. Para concluir, Ver. Freitas, hoje a gente tem um déficit no Pronto Atendimento da Cruzeiro do Sul de 41 técnicos de enfermagem e oito enfermeiros. Nós temos um déficit de enfermeiros no Hospital Presidente Vargas de 21 enfermeiros e 65 técnicos de enfermagem; no HPS nós temos 75 vagas de técnicos de enfermagem e 25 de enfermeiros que ainda não foram repostos, e se a gente pegar o quadro de outubro de 2023, nós temos em torno de auxiliares de enfermagem, cargos vagos que é cargo extinto, e inclusive o Ver. Oliboni tem um projeto para transformação dessas vagas de auxiliar para técnico de enfermagem, e nós já vínhamos até, em outro momento, assinalado isso na COSMAM para que sejam repostos esses profissionais. E aí a gente tem o SAMU, a Vigilância Sanitária, os Centros de Saúde. Então quero trazer um apelo aqui à comissão de aprovados, que a gente tentou encaminhar uma pauta, não é presidente, para que ainda, o mais tardar no primeiro semestre do ano que vem, a gente possa pautar a questão das nomeações para os estatutários. E quero aqui cumprimentar o Presidente Freitas, que vem acompanhando, desde os concursos anteriores, a pauta da saúde. E parabenizá-lo pelo projeto que foi votado por unanimidade nesta Casa que trata das pessoas com fibromialgia. Eu tenho familiar que tem fibromialgia, e essa doença é conhecida como Maria das dores, é uma doença incapacitante, vereador que foi proponente desse projeto que foi aprovado. Cumprimentar todos aqui e cumprimentar em especial aos agentes de endemias e agentes comunitários de saúde. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Marco. Nós temos três representantes da Saúde aqui: o secretário-adjunto Cesar, a Eveline e a Livia do RH da Saúde. O senhor determina quem fala primeiro, secretário.

SR. CESAR SULZBACH: Bom dia, Presidente; nosso proponente, Ver. Oliboni; as nossas vereadoras: Lourdes, Cláudia e Tanise; todos os integrantes aqui da

Mesa eu saúdo e os agentes comunitários e agentes de endemia que estão presentes. Bueno, eu pedi que me passassem a lista dos questionamentos. Mas, inicialmente, eu gostaria de pontuar que nós, hoje, a Saúde está presente, como desde o início, desde o momento em que eu cheguei à Saúde no final de janeiro deste ano. O Ezequiel, na sequência, me solicitou uma reunião para conversarmos sobre essa temática e outras – não é, Ezequiel? – mas a pauta entregue englobava a questão dos agentes comunitários, dos agentes de endemia. E, imediatamente, a gente aceitou essa pauta, montamos, inclusive, um grupo de trabalho. Nós temos um grupo de trabalho na Secretaria Municipal da Saúde com a administração, integrando também a Procuradoria. A partir de então, de uma segunda reunião, a gente montou esse grupo e está se conversando uma série de demandas, mas isso eu acho que é importante pontuar, vereador-presidente, justamente... E não é um assunto novo para nós, pelo menos para mim na administração, na Saúde, mas que está sendo discutido amplamente. Questões que precisam ser alinhadas: hoje, infelizmente, a SMAP não está presente; pelo que me informaram, o convite chegou um pouco mais tarde, e eles não tinham possibilidade de se fazer presente. Era fundamental essa presença, porque a grande maioria das demandas aqui realizadas, há uma interação precípua da SMAP. Nós, a Saúde, os trabalhadores estão vinculados à Saúde, mas nós precisamos da administração, de pessoal para poder dar a sequência nessas discussões. Vou colocar de forma rápida, depois as meninas podem, inclusive, me interromper se quiserem fazer algum adendo, a Livia – do nosso setor de pessoal – e a colega da questão da atenção primária. GIQ, por que os trabalhadores hoje não recebem GIQ? Nós não temos na nossa legislação municipal a previsão de que os trabalhadores aqui englobados tenham o recebimento dessa verba. Então, já está sendo discutido isso, é uma avaliação e por isso a importância... Eu entendo que a SMAP, por questões alheias, não está aqui, e aí eu faço uma defesa do secretário-adjunto, porque também sempre estiveram muito disponíveis – não é, Ezequiel? – para debates. Não há problema nenhum em construir agendas em relação a isso. Nós não temos problema, situação nenhuma, mas isso demanda uma discussão mais

ampla de governo e uma eventual alteração no plano de carreira ou nas leis específicas. Por isso, hoje, não há essa previsão. Essa é uma questão que nós estamos discutindo internamente, estávamos até trocando ontem WhatsApp sobre isso, já existe um avanço. Eu acho que isso... eu não estou participando desse grupo de trabalho, mas eu acredito que seja em função desse grupo de trabalho também que muitas questões estão evoluindo. O incentivo anual, estamos falando do 14º, essa é outra questão. Nós temos, hoje, uma previsão e pagamento dos 12 salários e um 13º.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

SR. CESAR SULZBACH: Dos 12 salários, desculpe, vou fazer no ar, dos 12 salários. Nós não temos legislação específica, isso até é uma questão que nós temos o parecer do Conasems aqui que nos dá, que nos permite fazer o pagamento dessa verba. É diferente do que... Essa legislação dos agentes comunitários, ela tem uma portaria lá atrás e uma série de alterações na legislação federal. Foram alteradas agora, recentemente, alterações em que houve toda uma mudança. Da mesma forma que eu não posso dizer e respondendo aqui já uma outra questão, hoje, pela legislação, o agente comunitário não é um servidor público na essência que permite a estabilidade. A forma de acesso é diferente do concurso público – não é, Livia? – a forma de acesso é diferente.

(Manifestações na plateia.)

SR. CESAR SULZBACH: Eu estou aqui... Infelizmente, não trouxe o tablet, estava em outra reunião, mas a forma de acesso é diferente, o tipo de ingresso é uma legislação diferente. Então, isso nos traz algumas diferenças em que, se outros municípios optaram, agora houve uma referência aqui que um município eu acho que de Minas Gerais teve uma opção de uma situação diferente, foi naquele momento, e isso tem que ser avaliado. INSS tá?

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Cesar, se me permite, tem que esclarecer melhor essa questão do incentivo. Acho que nós temos que trabalhar aqui com a ideia de dar mais esclarecimento, me parece que há uma confusão aí. Existe dois regimes, o regime celetista e o regime estatutário; servidores que garantiram a estabilidade de não serem demitidos, por força da Emenda Constitucional nº 51, e aos que estão sendo incorporados pela justiça são estatutários.

SR. CEZAR SULZBACH: Sim, nós temos três situações, nós temos a Lei nº 875, a Lei nº 932 e nós temos os reintegrados. São três situações distintas que precisam ser conciliadas, e hoje fazem com que três situações de relação de trabalho existam com os trabalhadores. Por isso nós temos isso, e a discussão interna com o SMAP é nós tentarmos encontrar um comum nessas três situações porque a gente também não pode trazer perdas a quem já tem uma qualificação definida em relação aos demais. E a questão dos reintegrados também nos causa internamente uma situação de que, em alguns locais, nós temos um número muito superior de agentes comunitários ou de endemias efetivamente necessários. Mas a Lívia vai fazer um complemento aqui que eu acho que é importante.

SRA. LIVIA DISCONSI WOLITZ DE ALMEIDA: Bom dia, eu coordeno então a gestão de pessoas, conheço muitos dos aqui presentes, porque, como o secretário colocou, nós mantemos um fórum sistemático de grupo de trabalho para discutir todas as questões. Acho que vale a leitura de trechos de duas notas técnicas do Conasems, notas jurídicas, só para a gente poder esclarecer a que o secretário se referiu. Então, em relação à contratação dos agentes comunitários de saúde de combate a endemias, a nota técnica do Conasems diz: “Será precedida de processo seletivo público e não de concurso público. Entretanto, muitos gestores fazem a opção por concurso; ocorre que além de não ser a modalidade apropriada da seleção” – isso é a nota técnica, não fomos nós que escrevemos – “enseja dissonâncias dos agentes para com os ocupantes

dos cargos efetivos, tais como todo servidor público efetivo se submete à probatório.” Já responde a uma das questões aqui trazidas. “Já os agentes tanto comunitários quanto de combate a endemias, não, eis que não previsto na legislação específica, a Emenda 51 e Lei nº 11.350 de 2006. As formas de extinção do vínculo estão enumeradas na Lei nº 11.350, artigo 10.” Então hoje nós temos, de fato, três formas de vinculação desses profissionais com o Município, uma delas pela Lei nº 875, que é a lei que foi publicada lá em 2020, em que nós temos a forma de contratação por processo seletivo público e não concurso público. Portanto, não cabe falar de estágio probatório, e nós estamos seguindo a nota do Conasems e a lei que eu citei, de 2006. Nós também temos o ingresso que ocorreu em 2022 pela Lei nº 935, em que nós temos todos os profissionais celetistas e nós temos os reintegrados judiciais que ingressam como celetistas. Então há uma vinculação diferente ao Município de todos esses profissionais. Outra parte que eu também acho importante de ler é a parte da questão jurídica do Conasems. Então como diz a Lei federal nº 11.350, determina que ela deve ser por processo seletivo e não concurso, dizendo que não serão considerados servidores efetivos. Essa terminologia é importante, servidor efetivo, concurso público; o agente comunitário é por processo seletivo público, conforme a legislação específica assim define, e não alcançarão a estabilidade do artigo 41 da Constituição. Então a gente precisa deixar isso muito claro. Ninguém aqui está dizendo que serão demitidos os que estão pela questão da Lei nº 875, a gente está dizendo que a estabilidade, conforme a Constituição Federal prevê, não está estendida à questão dos agentes. Estou lendo a nota técnica. Em relação também ao 14º ou incentivo, nota do Conasems. Em síntese, “os agentes comunitários de saúde de combate a endemias não fazem jus ao rateio do incentivo financeiro recebido pelo Município, pois, conforme determinado pela Lei nº 12.994 de 2014, trata-se de incentivo destinado aos municípios para o fortalecimento de políticas afetas à atuação desses profissionais. Desta forma, a exigência por parte dos agentes de pagamento de incentivo adicional ou 14º salário não encontra nenhum respaldo constitucional ou legal, tampouco infralegal, razão pela qual essa tese não deve prosperar. 10

de dezembro de 2021.” Então acho importante sinalizarmos essas questões que também são jurídicas e que também o Município precisa seguir para que a gente consiga esclarecer que não é má vontade do Município, a gente precisa ter respaldo jurídico para tal. Em relação ao que foi exposto das carteiras de trabalho e da questão do depósito do INSS, entendemos completamente a legitimidade desta colocação, conversamos muito semanalmente sobre isso, João Ezequiel, quando o agente hoje busca o seu extrato junto ao INSS, de fato, aparece como se o último depósito tivesse sido em setembro. Existe um processo eletrônico que tramita na Prefeitura juntamente com a Controladoria-Geral do Município e Secretaria de Administração. Então é um processo que a Secretaria Municipal de Saúde não tem ingerência direta sobre ele, onde todas as Darfs, como a gente chama, que é a comprovação de pagamento, estão lá inseridas. Falta, de fato, que se faça uma apresentação disso ao sindicato, e o sindicato já solicitou uma agenda para a Secretaria de Administração, recebi ontem o ofício, então acredito que isso será sanado de forma mais breve possível para que essa comprovação seja feita, embora não conste em sistema, porque, de fato, temos problemas na implementação do eSocial que estão sendo resolvidos junto à Procempa. Mas eu não quero aqui ser leviana de expor um prazo, porque esse prazo depende da Procempa, depende da administração, mas nós estamos trabalhando arduamente nisso, e isso impacta em não ter o comprovante lá, quando a pessoa tira no INSS. Mas sim, o depósito estaria sendo feito porque se não, seria uma ilegalidade plena a gente retirar o valor do servidor e não estar repassando ao INSS e, sim, temos problema na questão do benefício, quando a pessoa entra em licença, que é uma lástima e que nós temos tudo isso documentado, formalizado perante a Secretaria de Administração, como da Saúde, para tentar resolver essa questão. Então, Ver. Oliboni, nós precisamos da finalização da implementação do eSocial para conseguir fazer alteração dos registros, e daí, assim: quando esse registro, hoje, causa qualquer problema ao agente, nós temos essa pactuação, junto à Cláudia, ao João Ezequiel, que eles podem pedir uma declaração, para nós, da gestão de pessoas; a gente emite essa declaração. Ah, se precisa comprovar perante ao banco ou qualquer outra coisa,

vários agentes já pediram, e nós emitimos essa declaração, porque a gente precisa do eSocial plenamente implementado para, então, realizar as alterações dos registros. E o INSS é como eu mencionei, não consta quando a pessoa vai buscar o seu extrato individual, aí realmente fica fixado em setembro de 2022, mas há uma comprovação, sim, a gente só tem que ver como apresentar isso, porque como é uma questão nominal também, como apresentar ao sindicato. Eu acredito que, nessa reunião que vocês solicitaram, vai ser possível chegar a um consenso para que, então, se possa verificar.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Livia, olha só: nós temos que encaminhar algumas questões aqui que são importantes. Por exemplo, essa questão de tu fazeres concurso público de agente comunitário ou agente de endemias, e ter a carteira assinada como auxiliar administrativo, a secretaria tem que abrir uma janela e dizer para nós aqui: onde o servidor que está com essa irregularidade – até mesmo porque o sindicato está fazendo, como nós fizemos, pedimos e não tivemos retorno –, qual é o departamento que esses servidores devem se dirigir? É isso que nós temos que abrir, onde tem problema tem que abrir a janela, é quando se resolve. O Cesar sinaliza aqui que, aqueles que são dependentes da Secretaria de Administração, nós temos que conversar com eles. E eu vou pedir já hoje a reunião para nós realizarmos, na semana que vem, junto com o sindicato. Então, temos que operacionalizar isso agora, porque, senão, o sindicato tem que reunir todo mundo de novo, dizer: “Olha, a secretaria prometeu isso, prometeu aquilo”. “Ah, mas aonde que eu vou?” “Ah, vocês têm que ir...” Tem que abrir essa janela e dizer em que departamento os trabalhadores se dirigem, orientados por nós ou pelo sindicato – essa é a questão.

SRA. LIVIA DISCONSI WOLITZ DE ALMEIDA: Realmente é junto à Secretaria Municipal de Administração, que, digamos, é quem encabeça essa questão da finalização da implementação do eSocial, que também depende da Procempa, vereador. Não é, infelizmente, um único setor. É complexo fazer a

implementação, nós temos outros municípios no Brasil com dificuldades também, mas, é claro, temos que olhar para a nossa realidade. Então a nossa realidade é essa, embora, semanalmente, eu saiba que esta pauta está em voga, nós ainda temos dificuldade. Por isso que eu iniciei dizendo que é totalmente legítimo esse pedido, mas isso nunca deixou de ser transparente perante a Cláudia, perante o João Ezequiel e todos da categoria de que nós estamos com essa dificuldade. Então isso nos dificulta, embora, se o profissional está tendo problemas, ele pode recorrer ao RH, como já fez inúmeras vezes, para a gente emitir uma declaração que não dificulte a ele perante o banco ou qualquer outro concurso público, enfim.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Secretário Cesar.

SR. CESAR SULZBACH: Só quero fazer um registro e lembrar que é por isso a importância, no início, que eu referi da presença da SMAP e da procuradoria de pessoal, a colega que aqui está presente, que é vinculada à saúde, então, aos contratos da saúde propriamente dito. E essa interação SMAP que faz o controle de toda a relação dos trabalhadores no Municípios – estatutários, contratados, integrados e celetistas – é fundamental para que a gente possa dar sequência e algumas respostas mais concretas – e o vereador tem toda a razão nisso – e mais efetivas. É fundamental que isso a gente, nesse próximo encontro, até a saúde hoje se dispõe a estar presente também, porque o Município é um só, não é, Ver.^a Cláudia? O Município é um só, nós não nos negamos e, por isso, estamos presentes hoje, sabendo que a pauta diz muito mais respeito a outros a braços do nosso Município, mas não nos negamos de aqui estar presente pela forma que a gente encara a necessidade de dar respostas aos trabalhadores. E eu me refiro ao Ezequiel por ser o representante do sindicato que engloba a maioria dos trabalhadores, sabe da nossa da nossa dedicação e preocupação que isso ocorra. Nós temos limites aqui nessa questão que envolve esse estudo das duas leis e os integrados. Quando nós conseguimos evoluir, isso vai depender de um posicionamento dos senhores, como Câmara de Vereadores,

assim como as leis anteriores que passaram por aqui e tiveram o crivo e a análise por parte da Casa Legislativa. Só esse registro.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, secretário Cesar. Está conosco o Ver. Jonas Reis, seja bem-vindo. A Eveline, da Secretaria da Saúde, está com a palavra.

SRA. EVELINE RODRIGUES: Bom dia a todos e todas da mesa; bom dia aos colegas agentes comunitários de saúde, agentes de endemias. Eu sou diretora adjunta da Atenção Primária, vou fazer, então, obviamente, um recorte mais relacionado às questões da diretoria de Atenção Primária, que também estão muito relacionadas a questões de processo. Uma das questões que veio aqui foi da cobertura, que, de fato, a gente se aproxima de uma cobertura de 86%, e, por isso, a nossa fala que a ideia não é ampliar, e sim investir muito na questão da qualidade do serviço. A gente tem hoje 194 agentes comunitários de saúde, que foram formados pelo curso Saúde com Agente, uma parceria com a UFRGS, então, a gente tem investido muito na questão do processo de formação. A Atenção Primária também está presente em todos os grupos de trabalho, através da colega Fernanda Chassot. Veio um questionamento em relação ao número dos agentes por equipe, então, a gente tem uma mudança que foi da política nacional de 2011. Ela faz essa previsão de um agente comunitário para cada 750 pessoas no território. A política de 2017 traz um outro elemento: essa equipe é formada podendo ter um agente comunitário para cada 3,5 mil pessoas. A gente não está dizendo que isso é suficiente, tanto que, na programação anual de saúde para 2024, a gente já faz a previsão que tenha, no mínimo, dois – já além do que a portaria nacional prevê.

Também é importante dizer aqui da questão dos processos seletivos. No Processo Seletivo nº 004, a gente teve 45 unidades onde não teve aprovados. Então, um dos motivos também de a gente ter a questão da seleção do Processo Seletivo nº 006, depois. eu posso passar quais foram os locais em que a gente não teve nenhuma aprovação. Então, é real que a gente tem locais que não tem

nenhum colega agente comunitário previsto. Por enquanto, acho que é isso, terá mais perguntas, aí eu fico à disposição do que for a respeito da Atenção Primária.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Está bom, Eveline. Antes de passar para Procuradoria, vou passar para o Ver. Jonas Reis, que está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Quero cumprimentar o Ver. José Freitas, Presidente da COSMAM; cumprimento também o Ver. Oliboni, sobretudo pela luta pela saúde; cumprimento o Cesar, secretário adjunto; agradeço a presença de todos e cumprimento as demais autoridades aqui representando o governo. Eu, sinceramente, fico muito preocupado com a situação que nós temos na cidade. O governo sabe, nós sabemos que nós temos – João Ezequiel – unidades de saúde sem agentes. Isso é gravíssimo! Isso é gravíssimo! Não é possível mais aceitar. Essa realidade tem que mudar. A partir de hoje, a Secretaria tem que voltar para casa, o Cesar tem que levar essa notícia ao secretário Ritter, mas tomar uma decisão – vai permanecer assim ou vai ser resolvido. Esse é um ponto.

Outro ponto que nos preocupa muito é que a gente tem desincentivado a atenção primária, e isso tem agravado a situação lá nos hospitais. Nós precisamos de uma política real de educação e saúde, e para isso nós temos que ter agentes, os agentes são fundamentais para esse processo, nós temos que ampliar o número. Eu não vejo outra solução, não tem como, nós precisamos que a saúde esteja na porta das pessoas. No último governo, uma vergonha, foram fechados e estão fechados até hoje sete postos de saúde. São sete unidades fechadas em territórios que são importantíssimos, ali na Tronco é um deles; outro é o Orfanotrófio. E a gente conhece, sabe, o Ver. José Freitas sabe, é da zona sul, que essas unidades precisam voltar a funcionar, com agentes, com equipes, porque tem pessoas lá na Orfanotrófio, secretário, que não podem descer, porque há territórios de dificuldade de ingresso por causa da violência. Então, eles não conseguem ser atendidos lá embaixo; era só lá em cima, eles são

proibidos de descer. Então essa unidade tem que ser reaberta. Estou dando um exemplo. A gente tem que entender isso.

Outro fato: esta Casa aqui aprovou um indicativo importante, com relação ao qual a gente gostaria que o governo tivesse um posicionamento. A Câmara de Vereadores achou que tinha que garantir mais direitos aos trabalhadores, só que, infelizmente, as indicações desta Casa ficam na gaveta. Então para que a gente faz indicação, enquanto vereadoras e vereadores? Uma das indicações era no sentido de poder estender a gratificação aos trabalhadores, aos agentes comunitários, pois não está estendida, João. É uma reivindicação antiga. Por que a gente tem dois tipos de funcionários fazendo a saúde acontecer? Eu não vejo diferença; todos são equipe. A gente reivindica que são equipes, são equipes, são equipes, mas na hora de receber não recebem como equipe. E daí? Outra questão: o relator é o Ver. Alvoní Medina, está lá com ele a indicação para que haja imediatamente isonomia salarial aos trabalhadores da mesma categoria profissional que laboram nas empresas e organizações que administram a atenção primária. O Oliboni sabe disso. Nós não podemos ter diferenças salariais na cidade. Não podemos! Nós temos que ter isonomia. Acho que essa é uma questão que o jurídico da Prefeitura tem que olhar, porque isso pode virar passivo trabalhista. Isso é preocupante porque é o Erário, depois, que vai arcar; vai ser o próximo prefeito, a próxima gestão. Não dá! Vale-alimentação, 12 meses, gente... Já faz um tempão. Secretário Cesar, tem que sentar com o pessoal do sindicato e fazer um acordo. Tem que fazer um acordo. Eles precisam receber o vale-alimentação, que não é culpa desta gestão; não estou culpando esta gestão. É da gestão anterior, mas vocês podem resolver para os trabalhadores.

Eu queria fazer aqui a sugestão de que saísse daqui uma reunião, secretário Cesar, com a direção sindical, pelo menos isso pode ser resolvido. Porque a gestão anterior queria punir, não pagar o vale-alimentação para os trabalhadores. Doze meses, gente! Faz diferença esse dinheiro! Está chegando o Natal, se pudesse resolver isso, seria importante, secretário. Eu acho que tem

condições. São 15 meses, estão me corrigindo os trabalhadores. Obrigado. Olhem só, é mais ainda.

Enfim, há vários debates que a gente pode fazer aqui, mas tem um outro que me incomoda muito: como pode um trabalhador ter a carteira assinada como auxiliar de escritório? Ele não é auxiliar de escritório, ele é trabalhador da saúde, ele é agente. Eu acho que com relação a isso tudo muitas coisas já foram faladas, mas eu precisava reiterar, como vereador que acompanha esses debates. A gente está preocupado. A gente entende que tem vários esforços, secretário, mas a gente precisa acolher os trabalhadores, há demandas que são históricas, represadas, que precisam ter uma resolução. Ou o governo diz: “Olha, não quero pagar o vale-alimentação.” Então, tem que dizer, tem que ser claro. “Ó, vamos pagar. Como vamos pagar?” Acho que é isso, a gente quer ver gestos concretos. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Ver. Jonas. A Dra. Daniela, representando a PGM, está com a palavra.

SRA. DANIELA COPETTI CRAVO: Bom dia a todos. Meus cumprimentos à Mesa, ao Presidente, vereadoras e vereadores, secretários, dirigentes e representantes da categoria aqui, quero cumprimentar todos os presentes. Quero sinalizar, por parte da Procuradoria, que registramos a importância, a relevância, a sensibilidade e a essencialidade do tema. Repiso aqui o que já foi colocado aí pela saúde. Temos algumas questões jurídicas que precisam ser visualizadas, tem questões que não são mero mérito ou disposição, conveniência ou oportunidade do gestor, mas, de qualquer forma, por parte da PGM, a gente está à disposição da Secretaria para tentar contribuir, e, dentro do que for possível, à luz da juridicidade, da legalidade, das normas constitucionais, a gente vai tentar aí, trazer a contribuição para realmente avançar e trazer aí melhorias e soluções para esses problemas, dentro do quadro e da norma jurídica. Então, é isso. Muito obrigada e bom dia a todos.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Dra. Daniela. Era importante estar aqui a Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – SMAP, só que, Ver. Oliboni, a sua assessoria passou ontem, no final da tarde, para nós chamarmos a SMAP, por isso que eles não estão aqui, não conseguiram se organizar. Vamos passar ao primeiro inscrito. O Sr. Israel Santos, agente de combate a endemias, está com a palavra.

SR. ISRAEL SILVA DOS SANTOS: Boa noite, boa tarde, todos os dias, a gente é funcionário para todos os turnos, muitas vezes, até quando a gente está em casa dormindo, batem palma na porta da casa da gente dizendo que a mãe ou a filha estão dando à luz, a gente tem que correr atrás. Para deixar bem claro aqui e agora, antes de mais nada, cheguei aqui, assinei a minha presença e vejam bem: mais uma vez, um agente era para estar sentado nessa mesa e não está. Isso é bem importante de ser registrado aqui, a indignação da base. Então, por que me fizeram assinar uma lista de presença se um agente de combate a endemias não pode estar sentado aqui representando o Conselho de Representantes Sindicais da Saúde de Porto Alegre? Pois bem, tenho aqui a [Lei nº 12.239, de maio de 2017](#), que autoriza o Poder Executivo Municipal a utilizar os recursos repassados pela Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul referentes ao adicional à Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde (EACS) ou Estratégia Saúde da Família (ESF) com Agente Comunitário de Saúde, como incentivo financeiro adicional para o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS/ESF) – isso aqui é 2017. Vou deixar junto para a nossa mesa, para o nosso presidente, que não vai pensar que vai cercear a palavra de quem está aqui, isso não vai acontecer. Pode ser em momento ou outro, mas a gente tem voz, e é importante.

Nós temos aqui também, bem importante, trago um exemplo de Cubatão, SP: “Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e aos Agentes de Combate às Endemias (ACE), vinculados às equipes de Estratégias de Saúde de Família – ESFs e de Controle de Zoonoses e da Dengue, a parcela denominada incentivo financeiro adicional

– IFA”. Também vou deixar nessa mesa para que sirva de exemplo de que, sim, de fato, o incentivo adicional financeiro pode ser passado a todos esses agentes que passam os dias com sol e, muitas vezes, com chuva e frio atendendo a Estratégia Saúde da Família, também vou deixar.

E não menos importante a [Lei nº 14.536](#), de 20 de janeiro de 2023, que diz: “Art. 1º. A Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A: ‘Art. 2º-A. Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias são considerados profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, para fins do disposto na al. c...’”, e assim por diante. Ou seja, somos, sim, regulamentados, profissionais de saúde.

E trago mais um detalhe aqui bem importante, que também existe o [Decreto Municipal nº 20.586, de 2020](#): “Fixa os indicadores e metas do exercício de 2020, para fins de percepção de Gratificação de Incentivo à Qualidade da Gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e a Gratificação de Incentivo à Qualidade da Atenção no SUS constantes na [Lei nº 11.140, de 14 de outubro de 2011](#)”. Ora, se somos profissionais de saúde, se em momento se usa a legislação federal para reivindicar os direitos que não tem que dar para os agentes, por que, nesse momento, se reivindica a legislação federal quando o Município pode, sim, resolver?

E vou dizer mais uma coisa importantíssima: prefeito Sebastião Melo, sim, quanto tempo mais vamos ter que esperar as resoluções das nossas demandas? A gente, é a ponta da lança, é quem está lá dentro das casas da comunidade de Porto Alegre, é quem está cuidando da tuberculose que está avançando, é quem está cuidando da dengue. Quanto tempo mais a base trabalhadora vai ter que sofrer por isso?

E trazendo uma outra pauta não menos importante: piso da enfermagem sendo cerceado, desses trabalhadores, entendendo que, minha gente, piso da enfermagem é piso da enfermagem, mais uma determinação federal, a qual a demanda financeira, tanto a dos agentes quanto as dos técnicos da enfermagem, vem do governo federal. Ora, se vem para o cofre público municipal, por que não repassar, entende? Então, quanto tempo mais? A gente pergunta isso, e quantas

vezes mais vamos ver um agente chegar num lugar e ser cerceado e não poder estar numa mesa para representar sua categoria? Ora, é de nós pensarmos. E vejam bem, minha gente, vejam bem, mesa, é bem importante que vocês entendam que quem vos fala lutou muito – e muito – junto com todos esses e todas essas aqui para não encerrar a Estratégia Saúde da Família. E hoje – e eu não estou falando de IMESF – e hoje esses agentes que estão reintegrando não é porque o Município está fazendo, é porque tem o judicial fazendo com que essas pessoas retornem, pessoas essas que foi dito lá no TRT4, em mediação junto com o desembargador, que lá eu estava presente, disse: “Vocês querem demitir, vocês sabem que vocês vão ter que retornar esse pessoal. E, se não retornar esse pessoal, no futuro, judicial, vocês vão ter que pagá-los em casa, se o caso for quererem demitir”. Ora, houve a demissão, sim, de quase 800 agentes de saúde, reduziu-se para 351; houve, sim, uma migração desses funcionários, isso foi bacana, mas e aqueles que ficaram chorando com as latinhas vazias? Isso ninguém pensa, sabem por quê? Porque se tiver escrito, na demanda de vocês, “deputado”, vocês vão receber como deputado. Quem é que está escrito como presidente da república, levanta a mão, gente? Lá, o presidente da república, ela não recebe como Presidente da República. Isso é uma falta de educação, de respeito, gente, gigante com a base trabalhadora. Se o poder emana do povo e por ele tem que ser exercido, por que nós temos que, por vias de todo sempre, sentar, ressentar e conversar na mesma pauta e na mesma demanda? Gente, é um monte de pai de família, é um monte de mãe de família, mulheres e esteios das famílias. Gente, um pouco de respeito para a saúde pública de Porto Alegre! E muito respeito para a comunidade de Porto Alegre. O munícipe não pede, ele ordena; e assim nós estamos aqui, profissionais muito qualificados, profissionais com toda a tarimba da Estratégia Saúde da Família. Concluo dizendo que tenho aqui alguns documentos que trazem e podem remeter a um possível projeto de lei, se for o caso, do pagamento em incentivos, inclusive podendo anexar à lei que fez a transposição dos agentes de saúde e agentes de combate a endemias. Então, eu trago essa

proposta a esta Mesa, a esses vereadores, para trabalhar em cima dessa possibilidade. Muito obrigado a todos, todas e todes e um forte abraço.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Israel. A próxima inscrita é a Raquel.

SRA. RAQUEL RIBEIRO TRASSANTI: Bom dia a todos, sou Raquel Trassanti, agente de endemias. Hoje, a minha fala é pelas trabalhadoras. A minha fala é em relação à fala da Lívia, que ela se baseia no Conasems, que é o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, que é uma nota técnica, e, acima dessa nota técnica, nós temos a legislação federal, que se sobrepõe. Nota técnica é uma orientação, não é uma lei, e a Lei nº 12.994, de 2014, no art. 9º, fala do incentivo aos agentes, que é um direito.

Se nós não temos uma regulamentação no Município para o repasse, mas o Município recebe, é só criar um aditivo na lei na criação do cargo, assim também são... (Ininteligível.) ...ao meu ver, posso estar errada, porque não sou da área. A categoria é uma categoria assoberbada com “n” deveres, mas sem nenhum direito. Temos três meios de ingresso, a Lei nº 875/20, ...(Ininteligível.) ...e reintegrados. Lembrando que os reintegrados também prestaram um concurso público lá em 2011, 2012, que também tem uma legislação.

Acredito que é preciso que a gestão releia os editais, porque foi a mesma que viu que não existe função híbrida, vínculo híbrido. E existe também a regulamentação. Cadê a normativa?

Acredito que nós precisamos pensar, o Simpa, que agora nos representa, tentar debater sobre isso. Cadê a isonomia dos trabalhadores? Também quero fazer uma fala em relação à segurança dos trabalhadores. Nós trabalhamos na rua, os agentes de endemias, não temos nenhuma orientação em relação a isso. Já faz um ano que... (Ininteligível.) ...eu me acidentei em janeiro, não foi possível emitir uma CAT como acidente em trabalho. Fui para a fisioterapia, continuo caminhando, mas tenho problema. Temos outros colegas que também precisaram se afastar. Foi encaminhado como um afastamento comum. E como

fica isso? Por quê? Porque não tem um registro no eSocial, vai fazer um ano em janeiro, vai fazer aniversário o meu acidente. Em um ano a gestão não conseguiu ter uma solução. Sei, secretário, que tem todo o processo, mas a gente precisa pensar que são quase 400 trabalhadores trabalhando sem nenhuma segurança no trabalho e nem uma fala se faz em relação a isso.

Para a Eveline, uma fala em relação aos ACS, um exemplo: lá no Cavallhada são 15 mil usuários, nós tínhamos 12 ACS, hoje nós temos dois. Eu entendo que o Previn Brasil muda, que é um ACS por unidade, mas como vou cobrir uma área 100%? Nunca vamos atingir as metas se a gente não ampliar esse número de trabalhadores.

Também falo em relação a acabar mais com as endemias, a gente acaba somente espalhando mais fumaça com esse número irrisório que Porto Alegre tem por tamanha população. É necessário rever isso e, novamente, não gera custo para o Município; o custo é mínimo, porque o nosso salário vem em nível federal. É isso.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Raquel. Próximo inscrito, Luciano.

SR. LUCIANO LIBERATO: *Buenas*, gente. Cumprimento a Mesa, a todos os colegas presentes, e, mais uma vez, nós viemos aqui, o colega Oliboni é companheiro de nossa luta há tempos. Essa questão do incentivo, questão do GIQ, eu estou careca desde lá e até hoje que não se deu solução nenhuma. Nós viemos novamente pedir a atenção a nós, funcionários públicos de Porto Alegre. Os agentes de combate a endemias e os agentes comunitários de saúde estão na ponta, justamente, nós fazemos a saúde de Porto Alegre. No Município, há várias questões como as nossas de outras categorias que necessitam da valorização, da preservação dos nossos direitos, e, mais uma vez, nós trazemos nossa colaboração aqui. O que eu relato é isso, como os colegas já falaram, das leis federais que nos amparam, sobrepõem-se a qualquer outra. E agora os

surtos de epidemia da dengue que sucessivamente nós debelamos. Então, isso já dá toda a razão para o nosso pleito. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Luciano. Allan é o próximo inscrito.

SR. ALLAN DAS CHAGAS BRITTO: Bom dia, pessoal da Mesa e colegas. Quero comentar sobre a fala do secretário adjunto sobre a questão do funcionalismo público e a questão do regime estatutário. O meu processo seletivo deixa bem em ênfase no começo: “Em seu quadro de pessoa da administração direta, com ingresso pelo regime jurídico estatutário.” Deixa bem em ênfase. Depois tem a Lei Complementar nº 875/20, que não fala nada sobre a questão do estágio probatório. Então, como é uma lei complementar do regime jurídico principal, automaticamente deveria ter o estágio probatório e, sim, a estabilidade depois dos três anos de estágio probatório. Tem o trecho que fala aqui na lei complementar, até fala aqui no regime do estatuto. Esse estatuto regula o regime jurídico entre o Município e seus funcionários. Nesse mesmo regime, fala lá embaixo sobre o estágio probatório, e a Lei Complementar nº 875 de 2020 não tem menção nenhuma sobre o estágio probatório. Então, automaticamente, sim, o funcionário que entra por esse concurso público... Ele foi feito às pressas pelo antigo prefeito para poder expulsar realmente o IMESF, na época, e os funcionários que tinha naquele regime e a falácia dele foi justamente essa, que era para acelerar o processo e por isso ia entrar dessa forma. Foi até acordado com o sindicato na época, com os agentes na época do concurso. Então, tem ali as informações, e se entrar na Lei nº 875 e ler toda ela de cima abaixo, eu li duas vezes, não fala sobre estágio probatório, tem que ser seguido estágio probatório da lei principal, que é a lei do funcionalismo público, do estatutário. No caso, eu e alguns colegas entramos por esse regime. Acredito que deveriam ler um pouco mais sobre essa questão e parar de dizer que somos híbridos, que não somos nem agentes. nem nada. Nós somos mutantes dentro da Prefeitura. Eu acho que a Prefeitura, até o secretário, deveria estudar junto

com os vereadores um projeto de lei que pudesse mesclar todos em um regime só, cada um tem um regime diferente. Quando vamos brigar com a Prefeitura sobre alguma demanda, tem que falar sobre estatutário, tem que falar sobre absorvido, tem que falar sobre todos os vínculos que tem. Não temos uma pauta fixa, temos 200 pautas para dialogar com a Prefeitura e nada de chegar a um bom senso. Não há acordo por causa do regime que é totalmente mal feito pela gestão anterior. Eu espero que o governo Melo, durante esse período que antecede as eleições, possa tentar dialogar com diversos vereadores para alcançar um consenso ou até mesmo buscar uma abertura de comunicação com o sindicato, como o vereador falou. Porque isso não está tendo do prefeito Melo. O que está acontecendo é que ele não está querendo, na verdade, conversar sobre esses temas com o sindicato, porque foi comunicado pelo sindicato e ninguém da Prefeitura respondeu. Até o Ver. Jonas Reis entrou com pedido e nada foi feito em relação a isso.

Um outro ponto que eu queria tocar, é sobre a questão das empresas que fazem parte da terceirização. Tem uma coisa que está acontecendo com os funcionários. Por exemplo, uma mulher gestante, no Vila Nova ou até nas empresas terceirizadas, é afastada por quase dois anos, essa mesma mãe; e uma mãe, colega minha, foi colocada em administrativo, é uma coisa que a gente já faz 50% do nosso tempo, ficar em administrativo 100 % na unidade. Então, falta fiscalização da secretaria de saúde, principalmente com as empresas terceirizadas, porque esses repasses são feitos e o Vila Nova não vai querer dar o dinheiro. Por exemplo, o Vila Nova não vai querer pagar para essa mulher ficar em casa, porque é uma empresa privada, eles têm que ter lucro, não despesa, então, essas mães estão sendo afastadas por quase dois anos, e muitas delas, acho injusto também, que são demitidas quando retornam. O Vila Nova está demitindo essas mães que ficam afastadas por esse período e andam demitindo. E não é só no Vila Nova, são várias empresas que têm esse mesmo problema. Só que nós, agentes, somos tratados como os caçadores das bruxas, como o secretário antigamente falou, que estamos caçando a terceirizada, mas só que não há fiscalização da secretaria de saúde. Nós não podemos relatar nada,

porque nós somos taxados, como querendo destruir a terceirizada, ninguém nos escuta, só o sindicato nos escuta, e o sindicato vai nas unidades, presta o serviço nesse sentido. Os vereadores estão ouvindo. A Prefeitura precisa focar nesse ponto, eu acho que está tendo uma omissão da Prefeitura, sim, do prefeito Melo, sobre todos esses assuntos, porque em quatro anos de Prefeitura não conseguir resolver o básico do restante que sobrou. Na saúde, funcionário público é o cúmulo, porque falar que quer resolver, ou falar que está aí para conversar e não há diálogo, nem conversa e nem resolução. Então, acho que precisa um pouco mais de diálogo. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): A Sra. Angela está com a palavra.

SRA. ANGELA MARIA LOPES DE OLIVEIRA: Bom dia a todos, sou aprovada no concurso nº 04 de 2020 e no concurso nº 05 de 2023. Eu gostaria de deixar aqui a minha impressão em relação ao conhecimento que se tem das funções, tanto de ACS (Agente Comunitário de Saúde) como de ACE (Agente de Combate às Endemias), isso decepciona de ver que é muito superficial. Outra situação, foi colocado aqui que a Lei nº 11.350 estabelece como é feita a admissão dos ACSs e dos ACEs, porém, existe aqui uma parte que diz: salvo se no caso dos estados, do Distrito Federal e dos municípios lei local dispuser de forma diversa. A Lei nº 875 é clara, é estatutário. E também nós temos a questão dos editais, que tanto no ano de 2020 quanto no ano de 2023 está estabelecido que é estatutário, regime jurídico estatutário, para deixar bem claro. Todo mundo sabe aqui que para um concurso público o que vale como lei é o que está no edital, então, eu acho que existe uma falta de respeito com esses profissionais, até no sentido de conhecimento, porque a impressão que dá é que podemos ser enrolados de qualquer jeito, e não é verdade. Quando vamos prestar um concurso, mesmo que seja de nível de ensino médio, precisamos ler as leis municipais e federais que dizem respeito ao assunto. É necessário possuir conhecimento, o que nos permite aprender e ter certeza do que estamos falando. Então, ficou muito claro aqui para todos, a importância desses profissionais, tanto os transpostos, como

os estatutários, enfim, todos. Eles se complementam numa única função: atender o nosso povo. Eu não estou aqui falando só como aprovada num concurso, estou falando como usuária do SUS, que sou, e da minha unidade. A minha unidade tem dois transpostos: uma delas está afastada já há bastante tempo, está com problemas nessa questão do INSS, está numa situação que não se sabe bem como é que é; tem uma outra pessoa que está trabalhando em condições péssimas, porque o nosso território é um território terrivelmente difícil, ele tem muitas subidas e descidas, ele tem um quilombo, então, dizer que um agente comunitário consegue atender 3.500 pessoas, gente, por favor, vamos respeitar a nossa inteligência. Também a questão assim, a pessoa não tem nem ânimo para trabalhar. Como que uma pessoa sozinha vai sair no calor? Porque todo mundo sabe o que vai acontecer nos próximos dias, com um calor desses, com sol, subindo e descendo lomba, vamos falar o português bem popular, subindo e descendo lomba para atender. Já teve casos de pessoas que tiveram AVC, teve casos de pessoas que se afastaram por depressão, por outras coisas, então eu acho que é urgente.. Exatamente, desumano, falaste a palavra certa. É urgente a Prefeitura sentar, junto com os vereadores, e resolver essa situação desses profissionais. Tudo bem, aí tem aquela coisa, “Ah, é culpa do Marchezan, é culpa do fulano...” Gente, não, a gestão atual é responsável pelo que está acontecendo hoje e ela precisa tomar atitudes, senão, daqui a pouco, nós não vamos ter mais nenhum agente em função de doença, de afastamento, ou até de pedido de demissão, porque a pessoa chega num limite que não aguenta mais.

Assim, essa é a minha fala, eu gostaria de deixar claro que nós não somos pessoas ignorantes, nós não somos bobos, nós não temos pouca cultura ou pouco conhecimento, enfim, seja lá o que vocês pensem, muito pelo contrário. Eu falo por mim, mas falo também por todos que estão aqui. Quando nós fizemos esse concurso em 2020, nós pagamos R\$ 150 a inscrição. Da onde que se vê um concurso, de nível médico, com esse valor de inscrição? Estamos aqui aguardando a nossa nomeação para poder somar com os colegas que estão na ativa. (Palmas.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Ângela. A Sra. Adriana Ribeiro Miranda está com a palavra.

SRA. ADRIANA RIBEIRO MIRANDA: Eu sou Adriana, sou agente comunitário agora do posto Cristal, porque fechou o meu posto Mato Grosso. Já tem uma contrapartida da Multiplan para reabrir o nosso posto, mas ninguém tocou mais no assunto. Referente à assinatura na carteira de que estávamos falando, a nossa carteira está assinada pela Prefeitura e pelo IMESF. A gente tem duas assinaturas, quer dizer, o IMESF não está pagando nada, mas a gente está ativo no IMESF. O pessoal que saiu, que foi para rua, pegou tudo que tinha que pegar, pelos direitos, tudo direitinho. Nós, que fomos transpostos, não poderíamos pegar porque, senão, iríamos ser demitidos também. Agora que o pessoal está voltando, voltaram iguais a nós, com todos os direitos, o direito de férias, com o tempo de trabalho, com tudo. Então, o pessoal que voltou, voltou com todos os direitos, e a gente que continuou lá, a gente continua no IMEF, continua na Prefeitura, e não ganhamos os nossos direitos de demissão, e voltar realmente com nosso direito. Isso aí, futuramente, vai dar problema para o Município, porque daí nós vamos cobrar, porque a gente está com a carteira assinada, e o IMESF não está pagando. Então, futuramente vai dar problema para o Município, porque eu serei uma que irá cobrar; se está assinado, vai me pagar. Quer dizer, a gente tem o direito também de receber todos os nossos direitos como o pessoal que saiu.

O nosso posto foi assim, chegaram lá, demitiram. Nós éramos em quatro, seis, eles contaram com dois agentes comunitários, uma que estava há sete anos parada, encostada, um outro que não tinha condições de trabalhar, e aí botaram as minhas colegas para rua. Eu fiquei um ano trabalhando sozinha, tomando conta de todo o posto, que são quatro equipes, são mais de 15 mil pessoas. Trabalhei sozinha na pandemia, peguei Covid, eu não tive nenhuma... simplesmente a enfermeira olhou para minha cara e disse assim: vai para casa. Nem me medicaram, nem o teste fizeram. Quer dizer, é falta de respeito com a gente.

Eu fiz, sim, o curso do agente comunitário, Saúde com Agente, e quero deixar bem claro, assim, foi uma falta de respeito a nossa formatura. Foi falta de respeito com a gente. Não foi formatura. Exatamente, foi o que fizeram, foi ridículo. Toda aquela propaganda do Conasems, que o teu kit, que não sei o quê, nem mochila a gente ganhou, pelo amor de Deus. Perguntei lá e disseram que não íamos ganhar porque o dinheiro não deu. Como que o dinheiro não deu, se já foi específico para isso aí, para tantos agentes comunitários se formarem, para vir o kit? Eu estou com a mochila da Prefeitura, está desmanchando, mostro para vocês, ela está desmanchando, nem material da Prefeitura a gente ganha. E o meu kit, do curso que eu fiz, nem sinal. Isso foi propaganda enganosa da Conasems. Muito obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Adriana. A Sra. Mariana Perachi está com a palavra.

SRA. MARIANA PERACHI: Um bom dia a todos. Meu nome é Mariana, eu sou agente comunitária de saúde da Unidade Assis Brasil e sou integrante do CORE Saúde. Houve algumas falas aqui, e eu acredito que, em relação ao INSS, começando pelo INSS, que é uma coisa muito grave, nós temos colegas que estão afastados recebendo a metade do salário. É de conhecimento da gestão. A palavra não seria excluídos, nós fomos recebidos pela gestão, porém não adianta a gestão nos receber, a Lívia, a Fernanda nos receber, e a coisa continuar como está. Nós temos uma colega que teve um AVC, teve perda auditiva, e recebe R\$ 1,6 mil, por quê? Porque o INSS dela é até setembro de 2022. Em setembro de 2023, foi entregue uma carta aberta ao Gabinete do Prefeito informando isso; até agora nada foi feito. Foi repassado na última reunião do grupo de trabalho que nós deveríamos orientar os colegas a pedir o extrato de repasse do INSS, junto à loja do servidor. Os colegas fizeram isso de forma maciça. A resposta da chefe de pagamento é que ela não vai entregar nada para agente nenhum se o INSS não pedir. Ou seja, o supressumo da arrogância. É um direito do colega ter o extrato com o seu repasse, está sendo

descontado mensalmente no contracheque. O colega não está pedindo o INSS da Cláudia, o INSS da Cássia, ele está pedindo o seu, e a Prefeitura não pode repassar, porque o INSS não está pedindo, a chefe de pagamento diz que não, sendo que a CGP orientou a pedir. Aí o que acontece, se dá um problema, como deu da colega que teve o AVC, na hora que tu entregas os documentos ao INSS, tu já estás com tudo ali. Ou seja, o colega não pode nem dispor de um documento seu mesmo. A declaração que a CGP fornece é para fins bancários, mas na hora em que a gente fica doente, a gente não vai ao banco, a gente vai ao INSS.

Em relação ao incentivo, são quase 100 municípios que estão pagando o incentivo. Como disse o colega Israel, o Município se beneficia da lei federal ao seu bel prazer, mas quando ele precisa implementar alguma coisa para o seu funcionário, ele não o faz, ou seja, a lei federal, o que é determinado pela federação, só é aplicado se for do interesse da Prefeitura, se não for, fica por isso mesmo, vale a lei municipal, ou seja, uma lei municipal, uma instrução normativa municipal é soberana à federação. Isso é um absurdo, mas é Brasil.

Em relação aos cargos, como a colega Ângela colocou, todo mundo aqui colocou, nós fizemos uma consulta, lá em 2021, com o Dr. Roberto, da Procuradoria, para saber essa situação do híbrido, e a palavra dele foi bem clara: “Pessoal, não existe híbrido, existe o edital, e o edital diz ‘regime estatutário’, é regime estatutário.” A Lei nº 11.350, art. 8º, diz bem claramente que a contratação se dá pelo regime celetista, exceto se houver lei diversa, ou seja, existe lei diversa no Município, Lei nº 875/2020, e determina o cargo.

Sobre a GIQ: nós somos, a partir de 2023, considerados funcionários da saúde. O que diz na lei da GIQ? Que todo funcionário da saúde lotado na Secretaria Municipal de Saúde tem direito a receber percentual; os agentes comunitários de saúde, que são a ponta, não recebem, eles precisam de uma GIQ própria. Ok, que se faça uma GIQ própria, porém nós estamos desde julho, corrijo o João Ezequiel, em conversação, em reunião, em conversação, em reunião, e nada se resolve; estamos em novembro, indo para dezembro, vai entrar a Câmara em recesso, Prefeitura de férias e a coisa vai continuar por si mesma.

Questão de produção: nos é cobrada produção, porém os de endemias não têm como registrar a produção, e aí, como é que fica? Então é muito fácil falar. Hoje, todo mundo é pró-agente de saúde, mas lá na hora em que a gente precisa pagar a conta, botar a mão no bolso, a gente não recebe o que é devido; nós temos vários deveres, mas hoje nós não temos nenhum direito. A Prefeitura paga 20% do nosso salário, porque 80% vem da federação, e paga nossa insalubridade e ponto final, acabou a história. É uma pouca vergonha depois dizer que tem conversação. É óbvio, eu vou lá, sento, converso com a Livia, converso com secretário, sempre fui bem recebida, mas nós não temos agilidade, nós não temos prestação nas coisas, as pessoas não são prestativas, não trabalham. Então, o que a gente está vendo? A gente está vendo tudo parado, tudo estagnado, não adianta a coisa chegar na Livia, da CGP, e morrer ali; não adianta chegar no secretário adjunto e morrer ali. Tu mandas uma carta aberta para o prefeito dizendo o que tu tens quase 350 funcionários com INSS atrasado, que pode ser enquadrado em sonegação fiscal previdenciária, e o pessoal simplesmente “anda” – não vou dizer a palavra. Aí tu pedes para comprovar, não comprova. Então, é muito fácil ser pró-agente de saúde hoje, mas está faltando agilidade, está faltando fazer as coisas, e não estão fazendo. Ano eleitoral está aí, todo mundo quer o agente de saúde dentro da comunidade fazendo propaganda, mas na hora de garantir o direito do agente de saúde – nós não estamos pedindo nada de mais, nada de mais, 25% de uma GIQ no salário, dá o quê? Não dá nem R\$ 600,00 –, não é direito do agente de saúde. O seu INSS não é direito, não está lá; “quando o INSS pedir”. Não é assim que funciona, a lei ela é preta no branco, se vale para um vereador, vale para um secretário, vale para um prefeito, tem que valer para o agente de saúde, que é a classe que está lá trabalhando no sol. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Mariana. Eu vou passar a condução dos trabalhos para a colega Cláudia Araújo, porque eu vou me afastar um pouquinho e já retorno. Nós temos mais 12 minutos.

(A Ver.^a Cláudia Araújo assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Acho que a Eveline tem um retorno com relação à fala da Adriana, com relação ao posto, da contrapartida. Não sei se o secretário adjunto quer comentar alguma coisa do que foi falado.

SR. CESAR SULZBACH: Rapidamente, vereadora, todas as considerações feitas aqui pela audiência, pelos colegas, nós estamos anotando e registrando. Temos também isso depois pela nossa televisão. Só deixar registradas algumas questões, nós vamos conversar novamente com a SMAP, porque agora há pouco nós estávamos vendo aqui umas questões de informação. Concordo com todos, é fundamental que administração disponha essas informações aos servidores. O que não procede, e isso está evidente porque é falta de informação, é que o Município deixou de recolher os valores. O Município fez o pagamento, está fazendo, se isso ocorresse seria enquadrado como um crime. Descontar do trabalhador e não recolher...

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Apropriação indébita.

SR. CESAR SULZBACH: Exatamente, tem uma figura jurídica para isso. Então nós vamos insistir, junto à esfera de poder, nossa, central, o gabinete prefeito e a Secretaria de Administração, que a gente consiga, até se for necessário um empenho, uma força-tarefa para que os trabalhadores tenham essa informação. Vamos ver se de repente via *online* isso seja possível também, porque talvez facilite, mas é fundamental que isso fique registrado. De outra parte também, deixar registrado o empenho que a SMAP e a Procempa estão fazendo, esse é um problema um pouco mais sério de sistemas, para que a gente possa fazer além do recolhimento que está ocorrendo, também a comunicação com os sistemas do governo federal, do INSS, para que essa atualização exista. Nós já conversamos algumas vezes, essa situação é crítica, realmente; tem uma colega que teve uma redução salarial significativa, nós estamos discutindo, levamos

isso ao gabinete prefeito, levamos à SMAP e estamos cobrando, como secretaria, para que isso se solucione. Eu ia tentar outras formas; também estamos consultando isso, o INSS, outras formas que a gente possa fazer essa atualização não só pelo sistema, porque, às vezes, há uma dificuldade. Qual a outra forma, ou se para aqueles casos específicos que tenha uma intercorrência, a gente possa imediatamente fazer essa atualização para que o trabalhador não tenha o prejuízo. Então isso nos preocupa, não se está querendo tapar ou esconder nada, pelo menos da nossa parte, não tem essa intenção, mas temos que nos esforçar mais, não estamos conseguindo. Então nós vamos ter que nos esforçar mais e tentar trazer essa informação e essa tranquilidade para o grupo de trabalhadores.

As outras questões, também, nós vamos voltar aqui a conversar com a secretaria, com o gabinete prefeito, para ver o que nós podemos evoluir, e repensar talvez nessa questão no nosso grupo de trabalho para ver o que a gente pode evoluir, consagrar e levar adiante.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Certo. Pois não, Eveline.

SRA. EVELINE RODRIGUES: Sobre a construção do Mato Grosso, a contrapartida da Multiplan, foi prevista em 2016, um valor de mais de dois milhões, o retorno que eu tive aqui é que o processo ainda está na previsão, mas não teve repasse na conta da Multiplan ainda.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Ou seja, a Multiplan prometeu e não cumpriu.

SRA. EVELINE RODRIGUES: Ainda não recebemos esse valor, apesar do prazo ainda estar vigente.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Vigente, ok. João Ezequiel.

SR. JOÃO EZEQUIEL: Obrigado, Ver.^a Cláudia Araújo, secretário Cesar, coordenadora Livia, bom, primeiro eu queria aqui publicamente reconhecer que o GT, o grupo de trabalho que a gente estabeleceu lá junto com a secretaria, de fato, a gente tem feito um debate lá, a Fernanda também faz parte, a direção do Simpa, Cores e saúde, de fato, é um trabalho bem respeitoso, onde nós estamos discutindo ali, e já em fizemos os últimos encaminhamentos, falta agora bater o martelo, mas lá nós estamos tratando as questões das atribuições dos agentes comunitários de saúde; teremos depois a etapa dos agentes de endemias. Então este trabalho de fato está sendo bem elaborado, está sendo de uma forma muito respeitosa e produtiva. A gente reconhece isso. Porém, no grupo de trabalho, foram retiradas as questões do IFA, do INSS e da GIC. Importante dizer aqui que o sindicato, através do seu jurídico, o Simpa, nós fizemos um estudo, tem um estudo do nosso jurídico sobre todos esses vínculos dos agentes comunitários de saúde e de endemias, e, vamos dizer assim, a sua situação frente à administração direta do município de Porto Alegre. Nós temos uma avaliação concreta do nosso jurídico de que todos os servidores, sejam estatutários, sejam CLT, e eu quero dizer aqui, não é novidade o vínculo CLT na Prefeitura de Porto Alegre. Nós temos diversos colegas, diversos, lá no DEMHAB, no DMLU, no DMAE, até na saúde nós temos, em outros cargos, que são o operariado da Prefeitura, muitos deles são CLT. Então não é novidade para nós. O sindicato avaliou essa situação, e nós temos uma avaliação jurídica dizendo que todos eles, seja qual for o vínculo, se é estatutário, se é CLT, todos eles são empregados públicos municipais. Portanto, eles estão sim dentro da administração direta. Nós temos exemplos, como no GHC, que todos os servidores do GHC são empregados públicos, mas eles têm estabilidade, eles têm estabilidade. Para qualquer um dos empregados públicos vir a ser demitido pela gestão, precisa de todo um processo e precisa de uma motivação, ou seja, algo tem que ter acontecido, ou houve problema de furto, ou houve problema de agressão grave; tem que ter uma motivação. Eu estou dizendo aqui, porque tem um debate de estabilidade; trouxeram aqui um debate de estabilidade...

SR. CESAR SULZBACH: Mas isso para qualquer servidor público, independente dele ter a questão da estabilidade ou não, precisa um processo administrativo regular – regular –, para que isso se concretize. Essa situação de demitir, como o gestor de ocasião está ali e demitir o servidor, não existe. Se isso acontecer, a justiça certamente vai, com mandado de segurança ou outra ação, vai reintegrar esse servidor, com toda certeza, porque sem processo administrativo regular, independente do vínculo existente, não pode ser demitido.

SR. JOÃO EZEQUIEL: Perfeito. Processo regular com ampla defesa; perfeito. Chamamos a isso de estabilidade, está gente.

Eu queria trazer aqui, nós temos um documento ali que nós enviamos ao secretário municipal da saúde, Fernando Ritter, um documento explicando, explicando inclusive juridicamente, a questão da GIQ, e, no documento, a gente pede que ele abra um processo SEI para que possa passar pelas instâncias da Prefeitura de Porto Alegre, PGM e demais setores, e ali mesmo a gente indica se há impedimento para o pagamento efetivo da GIQ, se há algum impedimento. Não nos mostraram ainda. Então que se estabeleça uma gratificação específica aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de endemias, porque, secretário, o que nós não podemos é ter servidores públicos trabalhando na Atenção Básica da saúde que não recebam a gratificação pelo menos correspondente ao que recebem todos os demais servidores e servidoras ali lotados. Então é uma questão a ser resolvida.

A do INSS, Ver.^a Cláudia, por favor, para concluir, é necessário que a categoria acredite nas suas próprias forças. Amanhã, dia 22, às 19 horas, nós teremos a plenária da saúde, onde nós poderemos aprofundar todo esse debate, e também deliberar por táticas. Nós temos que ter táticas de luta para enfrentar todos esses problemas. Muito obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Obrigada, João Ezequiel. Ver.^a Tanise, para concluir.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Vou ser bem breve. Muitos pontos foram abordados aqui e pontos relacionados – como eu disse na minha fala inicial – em relação à qualificação do trabalho. E aqui nós estamos falando sobre questões de gestão, questões de processo de trabalho, questões financeiras, questões legais, administrativas, enfim, vários pontos. Mas eu sempre vou ter um olhar é para a saúde mental dos servidores, desses profissionais, quem cuida do cuidador. E uma das falas que me chamou atenção de uma agente foi a questão do calor que está se aproximando. Então está chegando o verão, e nós sabemos que esse próximo verão vai ser um dos mais quentes da história, o trabalho desses profissionais é na rua e isso me preocupa. A gente viu notícias recentes de uma jovem que morreu num *show*, enfim, lá no Rio de Janeiro porque estava muito tempo na rua, no calor. Então eu gostaria de deixar encaminhada uma reunião, secretário César, gostaria de conversar com o secretário do Fernando Ritter, contigo também. Para a gente pensar, quem sabe, numa instrução normativa – eu fiquei pensando num projeto de lei, mas vai demorar muito tempo para ser aprovada aqui na Câmara, já vai ter passado o verão. A gente pensar numa instrução normativa, alguma coisa nesse sentido de como mitigar, de como diminuir, de como rever o processo de trabalho de vocês de forma que não fiquem tão expostos ao calor nesse verão que está chegando. Era isso, obrigada.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Obrigada, Ver. Tanise. Vou passar para o Ver. José Freitas, depois para o Ver. Oliboni para concluir e encaminhar a matéria.

(O Ver. José Freitas reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Pessoal, quero só agradecer a presença de todos vocês, a Secretaria da Saúde também, todos agentes que aqui estão e nos colocamos à disposição. O que eu ouvi em todas as falas é que precisa de uma unificação. Então vou passar para o Ver. Aldacir Oliboni concluir aqui e fazer

encaminhamentos. E, dentro desse encaminhamento, uma reunião para tratar mais minimamente desses detalhes que estão pendentes.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Obrigado, nobre Presidente José Freitas, colegas vereadoras Tanise, Cláudia, Lourdes, como também a todos que estiveram na nossa reunião – o governo municipal, as entidades e os servidores agentes comunitário de saúde e agentes de endemias.

Eu confesso, César, que saio bastante decepcionado desta reunião. Eu achei que poderia ser uma reunião bem propositiva, na medida em que o governo já está discutindo no GTI, como tem sabido da situação irregular através dos pedidos providências que fizemos aqui, como também outras solicitações de postos fechando ou falta de servidores. No caso aqui foi dito que são 20 e poucas unidades que não têm agentes comunitários de saúde. O governo tinha que ter uma alternativa para não dependermos de projeto de lei, no caso de não serem do mesmo local da unidade de saúde. Mas estamos propondo – enquanto Mesa, já conversamos com os nossos colegas vereadores – fazer uma reunião urgente para a próxima semana – vamos verificar aqui o local – na qual vamos convocar, César, a Secretaria Municipal de Saúde, a SMAP – posso ligar para o André Barbosa – a Procuradoria, que já está aqui e também se coloca à disposição, e a Procempa. Porque a Procempa? Pelo que aconteceu aqui na Câmara Municipal. Nós tínhamos um enorme problema de não atualização da folha, inúmeros servidores para serem caminhadas as aposentadorias e a Procempa não dava retorno. Depois que nós fizemos isso na Mesa Diretora – eu sou da Mesa, a Cláudia é da Mesa – e brigamos lá dentro da Mesa Diretora, convocamos a Procempa e a Procempa resolveu em 30 dias. Eles precisam dar mais atenção para os problemas que estão acontecendo com o servidor, mas, para isso, precisamos dialogar. Aquilo que eu falo em abrir uma janela de conversa, criar uma certa rotina em que, quando acontece um problema com o servidor, ele saiba aonde se dirigir. Olha só que vexame poderíamos passar, se saísse uma matéria na imprensa em que uma servidora agente comunitária de saúde não fosse mais a gente, fosse Presidente da República. Ela vai pedir

equiparação a Presidente da República, isso é um ..., enfim, é lamentável. Pois então, nós vamos nessa reunião próxima voltar a questionar aquilo que questionamos aqui no início. A questão da parcela autônoma; o IFA, que é o incentivo, muitos chamam de 14. Nós já achamos que o governo deve repassar porque, até 2017, César, foi repassado em dia, depois não passaram mais. Para onde está indo essa grana, se nem as mochilas estão sendo repostas? Quem é que está ficando com dinheiro? Isso é lamentável. Essa questão da carteira assinada, uma outra a da atribuição e também o recolhimento do INSS, isso é urgente. As pessoas que entram em licença de saúde estão sendo prejudicadas. Foi dito muito aqui chamamento dos concursados porque nós temos unidade de saúde ... Olha aí, aí está uma das mochilas oferecidas pelo poder público ao trabalho.

Então, é diante dessas – se me permite o encaminhamento – situações tão degradantes, em que inclusive os sindicatos e associações estão trabalhando e não tão tendo retorno, que a Câmara puxe para si esse diálogo. Nós queremos, junto com as entidades, junto com os servidores, tentar fazer com que o governo perceba a urgência desse problema para ser resolvido. Como também o chamamento dos servidores ora concursados e que até então não foram chamados. Não são só agentes comunitários de saúde, agente de endemias, mas também técnico em enfermagem, como já foi dito por vários companheiros. Não é regime híbrido, é regime estatutário, não existe regime híbrido, o governo tem que ter uma posição clara para isso. O vale alimentação trazido aqui pelo próprio Ver. Jonas e tantas outras questões. Em 10 dias, nós faremos uma nova reunião, uma reunião de trabalho, mas todos vão ser convidados porque é de extrema importância nós continuarmos a luta para resolvermos os problemas. É igual ao que uma senhora disse aqui: “Eu só estou pedindo que é meu, eu só estou pedindo o que eu tenho direito”. Isso que elas estão reivindicando é um direito legal, constitucional, trabalhista, ou o governo vai esperar para vir uma outra gestão para depois pagar, como o próprio Jonas falou, que está criando um passivo trabalhista? Essa é uma questão de gestão, e por isso nós vamos

aqui, com o acordo da comissão, fazer uma reunião em dez dias e todos serão convidados. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado Ver. Aldacir Oliboni. Agradecemos a presença de todos do governo, de todos estão aqui – à PGM, muito obrigado – das associações e de todos trabalhadores. Um forte abraço. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 12h05min.)

TEXTO SEM REVISÃO